

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Diante de um contexto de

Diante de um cenário de maior atratividade global e risco e plenos dos fundamentos domésticos, o prêmio de risco Brasil subiu de 214 pontos base ao final de 2015 para 260 pontos base ao final de 2020, de acordo com o índice EMRI do J. Morgan. A taxa de câmbio do real brasileiro em relação ao dólar americano depreciou 28,9% de 2015 para 2020. O IGP-FIP do Brasil caiu de R\$5,20 para R\$5,20 pontos base.

Para 2021, espera-se continuidade da recuperação da atividade econômica, com um programa de vacinação para o Covid-19. Estima-se um crescimento do PIB de 3,5%, segundo a pesquisa Focus. Do lado fiscal, o governo deve retomar o ajuste fiscal e a agenda de reformas, enquanto do lado monetário, o Banco Central deve continuar a manter o foco nas estimativas.

ESP  
DE  
CHÊ 07  
AR 2021 ★  
COLO

Em 2020, a Telefônica Brasil continuou com a estratégia de expansão de rede de fibra óptica para pais, com objetivo de oferecer banda larga de alta qualidade e velocidade, principalmente nas regiões menos atendidas e com o intuito de oferecer serviços diferenciados para os clientes. A expansão da rede de fibra óptica da Telefônica Brasil atingiu o crescimento recorde em 2020 em aplicações locais. Segue as aplicações também em fibra óptica, incluindo o uso de complementação de rede de acesso de fibra óptica.

Em 2020, a Telefônica Brasil também realizou investimentos em infraestrutura de rede, com foco na melhoria da qualidade de serviço e na expansão da rede de fibra óptica para pais, com objetivo de oferecer banda larga de alta qualidade e velocidade, principalmente nas regiões menos atendidas e com o intuito de oferecer serviços diferenciados para os clientes. A expansão da rede de fibra óptica da Telefônica Brasil atingiu o crescimento recorde em 2020 em aplicações locais. Segue as aplicações também em fibra óptica, incluindo o uso de complementação de rede de acesso de fibra óptica.

com a Vivo. Dessa forma, a Companhia foi capaz de incrementar o volume de vendas de planos pré-pago. Nos planos Controla, mantivemos a estratégia de migração pré-control, aproveitando o forte crescimento de base do pré-pago para impulsionar as ações de upsell de base com foco na rentabilização. Mantendo sua aposta na transformação digital, continuamos investindo no Vivo Easy, um plano que é customizado pelo cliente através do aplicativo.

[illegible]

O segmento B2B foi altamente impactado pela pandemia do Covid-19, especialmente no segmento das Pequenas e Médias Empresas. O alto índice de fechamento destas empresas afetou diretamente as vendas e a geração de caixa. Apesar disso, a companhia conseguiu manter a operação e a geração de caixa por meio de investimentos em alguns setores, o que impactou em menores vendas. Entretanto, oportunidades de novos negócios com o novo cenário ajudaram na redução dos impactos negativos ocasionados pela crise, especialmente no segmento de serviços. A companhia conseguiu manter a geração de caixa por meio de negociações com fornecedores e clientes, lançando ofertas com melhor valor em dados, organizando times de trabalho focados em atender demandas urgentes de forma offsite dos nossos clientes e customizando ofertas para segmentos altamente afetados pela pandemia.

No segmento de B2C, a estratégia de fidelização dos nossos clientes B2B, em que consolidamos nossa presença no cliente em produtos da móvel e da IA, foi essencial para fidelização da nossa base e garantiu o menor patamar de churn da história. Além disso, o forte investimento da Companhia para ampliar a cobertura do Vivo Fibra e a aquisição da Vivo Móvel, em parceria com a Oi, possibilitou oferecer a melhor experiência de fidelização de serviços e a recuperação das vendas do segmento.

Em TI Corporativa, conseguimos crescer em todas as linhas de negócio, com destaque para alguns produtos-chave. Em cloud, consolidamos nossas parcerias no setor, alcançando um crescimento expressivo em recitas, avançando por SaaS e alguns projetos especiais em grandes clientes. Em segurança e Data Center, o crescimento foi superior a 15%, reforçando nosso posicionamento de parceiro tecnológico na jornada de transformação digital dos nossos clientes.

Desde 2013, a Companhia

Expansões do cliente, motive avanços na migração das centrais *Time Division Multiplex* (TDM) para redes *Generation Networks* (NGN), alcançando 80,9% do tráfego fluído migrado, na modernização das centrais e na adaptação da infraestrutura dos *data centers*.

Ao final de 2020, a rede móvel da Companhia cobre 4.695 municípios, o equivalente a 84,3% do total de municípios do Brasil ou 96,7% da população.

Continuamos expandindo a cobertura em 4G (LTE) e encerramos o ano com 3.598 municípios com essa tecnologia no país.

A expansão nacional da rede LTe Avançado Pro (ou 45G) foi um importante avanço para a Companhia. Essa tecnologia permite que os clientes que possuem terminais compatíveis atinjam taxas de transmissão de dados ainda mais altas que o 4G tradicional. Avançamos em 2020 a implantação desta tecnologia em 1.872 municípios. A implantação da rede de Banda Larga alcançou, em 2020, uma cobertura total de 24,5 milhões de homes e a velocidade média de transmissão chegou a 100 Mbps. Além disso, a rede de fibra óptica chegou a 10 milhões de velocidades de até 300Mbps. Desse total, atingimos 15,7 milhões de homes passados na tecnologia de fibra óptica (FTTH), um aumento de 47 milhões de homes passados em relação ao ano anterior.

O produto de fibra óptica incluiu em seu portfólio o serviço de FTTV de alta definição (HDTV), Além do IPTV, a Companhia também lançou um portfólio de produtos avançados para clientes corporativos ou atendimento via fibra óptica (GPON).

#### 4.2. Canais de Vendas

A estrutura comercial da Telefônica Brasil encerrou o ano de 2020 com aproximadamente 1.640 pontos de venda, entre próprios e administrados por revendedores autorizados, com aproximadamente 11.500 pontos de venda das redes varejistas, além dos canais remotos, como Televendas e Online. A estratégia de capilaridade com foco na eficiência e excelência operacional aliada à aceleração do processo de digitalização dos canais proporcionou a alocação inteligente de recursos e a manutenção da liderança no mercado brasileiro de telecomunicações.

com o domínio no segmento de alto valor.

Apesar de Lógica e Inteligência serem atributos importantes com fechamentos dos pontos de venda e em serviços, com o novo processo de Digitalizar para Apoiar, aceleramos o processo de digitalização dos canais presenciais, implementando o Vivo em Casa, onde o nosso time de lojas passou a atender aos nossos clientes via WhatsApp, tanto para atendimento quanto para venda.

Em 2020, o canal Porta a Porta fortaleceu sua atuação após transformação iniciada em 2019, expandindo sua atuação de vendas de produtos e serviços para o canal 100% de lojas relevância para as vendas de Pós nos lançamentos de novas facilidades. E, em especial, pelas características atípicas de 2020, principalmente no início da pandemia, o canal se posicionou com o importante papel de chegar até o cliente, respeitando todas as regras sanitárias e mantendo uma atuação presente em todo o território nacional, chegando a representar 40%

O Canal de Distribuição, que engloba bancas de jornais, lanchadas, padarias, entre outros estabelecimentos de pequeno, médio e grande porte do varejo, foi responsável por 90% da captação do pré-pago e 75% das recargas. Em meio à tantas dificuldades no ano, destaca-se a participação do canal na retomada da liderança do *market share* de pré-pago. Isso é reflexo do contínuo estímulo à eficiência comercial e operacional, aprimorando ferramentas de micro gestão de capilaridade, da atuação da força de vendas e do abastecimento de mais de 360 mil pontos de venda em tempo real que possibilitam uma visão da cadeia *time to firm*.

No Varejo, realizamos a alteração e padronização de todos os modelos contratuais das redes varejistas para um modelo mais sustentável, com vendas de melhor qualidade e de maior rentabilidade.

O Televendas manteve o foco em alcançar ganho de base com qualidade, buscando novos clientes e migrando os atuais para planos mais adequados ao perfil de consumo. A pandemia trouxe a necessidade de ampliação do distanciamento entre os operadores de *call center*, gerando a necessidade de deslocar grande parte desses profissionais (até 70% dos operadores no auge da pandemia) para o trabalho remoto. Mesmo com todas essas

As dificuldades, o TeleVendas tem um dos canais que manteve sua operação totalmente funcional, realizando uma média de 421 mil vendas por mês. Foram 3,3 milhões de adesões ao portfólio Controle e 372 mil adesões de Fibra. O canal conta com a inteligência artificial, conectando o cliente ao operador mais adequado. Este match ajuda a mapear melhores argumentos comerciais e trouxe mais de 38 mil vendas incrementais. Também continuamos com o projeto de Aceleração de Vendas Digitais que já surtiu efeito nos resultados do e-commerce, principalmente no volume de vendas de Fibra e Fibra B2C, com crescimento de mais de 95% no 4º trimestre, e, principalmente, no setor de Internet, onde houve um crescimento de 100% em relação ao 3º trimestre.

Em julho de 2020, lançamos a Loja Vivo, nossa plataforma marketplace, que eleva o conceito "Tem Tudo na Vivo" e reforça a empresa como um hub de produtos e serviços ligados à tecnologia. A plataforma a Vivo está

dividida em quatro categorias: casa conectada, TV e áudio, smartphones e informática. Essa iniciativa é mais um passo de Vivo para ser *one stop shop*, ou seja, oferecer todas as necessidades digitais dos clientes em um só lugar. *Através do marketplace ampliamos o sortimento de produtos eletroeletrônicos que oferecemos aos nossos clientes. Passamos a ofertar produtos como televisores, máquina de lavar roupa, refrigeradores, micro-ondas, pannelle eletrônico, vídeo games, ar condicionado, itens de beleza e saúde, entre outros.*

A OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste

Quando visualizado diretamente no portal  
saoficial.com.br

24 de fevereiro de 2021 às 00:42:16

quarta-feira, 24 de fevereiro de 2021 às 00:42:16

la empresa TELEFONICA BRASIL S.A., NIRE nº 353

EMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 149

ne.sp.gov.br.

documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento>

525474027-1  Cartório

Carton  
Av. Pres



06.8

AV. PIES

Bairro d


 (83) 3244-540



Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB

(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br

<https://azevedobastos.not.br>

  
Válber Azevêdo de M. Cavalcanti  
Titular

TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em terça-feira, 6 de abril de 2021 09:03:04 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimto nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



Companhia Aberta  
CNPJ nº 02.538.157/0001-62 - NIRE: 35.30

### Reserva Operacional Liquida

**Refinaria Opereiras Liquefeitas** – A Companhia adquiriu 100% da Refinaria Liquefeitas consolidada de R\$ 43.126,5 milhões, redução de 2,2% a.u. (R\$ 42.268,2 milhões em 2019). Contribuíram para essa redução as menores receitas de voz, banda larga de cobre, TV por assinatura e vendas de equipamentos. Esses dados negativos foram parcialmente compensados pelo crescimento das receitas de banda larga de fibra ótica (FTTH) e FTTV.

**Costos Operacionais** – Os custos e despesas operacionais, excluindo depreciação e amortizações, atingiram R\$ 25.316,1 milhões em 2020, redução de 3,1% a.u. (R\$ 26.134,5 milhões), enquanto a inflação do período foi de 4,5% (IPC). A redução de custos de 3,1% pode ser atribuída aos processos de digitalização e automação promovido pela Companhia, que apresentou crescimento da utilização dos canais digitais nas vendas de produtos, serviços, recargas e pagamentos, redução de custos operacionais com energia elétrica, redução de custos com insumos, menores despesas com manutenção de veículos, redução de custos com manutenção de equipamentos públicos, entre outros.

Em milhões de reais - Consolidado	2020	2019
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e equivalentes patrimoniais (*)	6.540,9	7.214,9
Despesas de depreciação e amortização		
Em custos de serviços prestados	8.655,9	8.629,3
Em despesas de comercialização de serviços	1.495,2	1.501,1
Em despesas gerais e administrativas	8.656,6	8.645,5
Em despesas gerais e administrativas	17.898,6	18.133,7
<b>Margem EBITDA</b>		
a) EBITDA	17.898,6	18.133,7
b) Receita Operacional Líquida (*)	43.126,5	44.268,2

	2019	2020
a) / b)	9,73%	9,12%
(c) Vista demonstrações de resultados.		
<b>Resultado Líquido</b>		
A consolidação dos resultados do exercício, apurado conforme os critérios da legislação societária, apresenta Lucro Líquido de R\$ 4.770,5 milhões em 2020 (R\$ 5.001,0 milhões em 2019), redução de 4,5% a.a. A margem líquida de Operação Efetiva em 2020 foi de 11,1% (11,2% em 2019).		
	<b>Em milhões de reais</b>	
a) Lucro líquido do exercício (*)	4.770,5	5.001,0
b) Receita operacional líquida (*)	43.126,5	44.268,2
a) / b)	11,1%	11,2%

(\*) Verificações de resultados:  
Investimentos  
Em 2020, a Companhia investiu R\$ 7.799,0 milhões, quase 11,8% inferior ao ano anterior (R\$ 8.844,3 milhões). Consumeis expandindo nossos serviços de fibra ótica (FTTH) em 102 novas cidades e consumos 4,7 milhões de fibras óticas por mês em 2020. Desta forma, a Rede de Fibra Ótica da Brasil está presente com FTTH em 266 cidades com 157 milhões de homes passad no território nacional.  
Em 2020, fizemos importantes investimentos na manutenção e expansão do serviço de voz e internet móvel e consolidamos a implantação do 4G, atingindo a marca expressiva de 3.598 municípios. Além disso, melhoramos a qualidade de sinal em diversas regiões e aplicamos recursos importantes em ações de manutenção (proativa e reativa).

A Telefonica Brasil Investiu tambem na integracao dos sistemas do negocio fixo e movel, alem de melhorar a infraestrutura de suporte ao negocio (sistemas, pontos de venda e atendimento). Em 2020, continuamos investindo na melhoria, expansao e integracao dos sistemas operacionais, com destaque para a continuacao da transformacao do ambiente de faturamento e dos projetos de Big Data, que dao suporte ao lancamento de novos produtos e servicos, com foco principal na experiencia do cliente.

Em milhares de reais - Consolidado	2020	2019
Receita	6.328	7.274

Produtos e Serviços, Canais, Administrativo e Outros	1.154	1.185
INVESTIMENTOS   EX- LICENÇAS* e IFRS 16	307	386
IFRS 16   Leasing	7.789	8.844
IFRS 16	4.461	1.204
<b>SALDO TOTAL   IFRS 16</b>	<b>12.250</b>	<b>10.648</b>

1. Não inclui o valor relativo à renovação de licença no montante de R\$ 184,3 milhões.

**Endividamento**

A Companhia encobriu o exercício de 2020 com dívida bruta de R\$ 13.244,8 milhões | R\$ 13.808,7 milhões em 2019) ou 19,0% do patrimônio líquido (19,6% em 2019). Os recursos captados são 100% denominados em

Medida nacional		
Em milhões de reais - Consolidado	2020	2019
Empréstimos e Financiamentos	(375,8)	(1.045,1)
Debitamentos	(2.044,8)	(3.104,4)
Amandamentos	(10.818,8)	(9.191,2)
Contribuição Contingente GVT	-	(448,9)
Endividamento total	(13.299,2)	(13.824,7)
Operações com derivativos	(5,6)	16,0
Endividamento após derivativos	(13.244,8)	(13.808,2)

**Mercado de Capitais**

As ações ordinárias (VIVT3), negociadas na B3, encerraram o ano de 2020 cotadas a R\$ 46,50, apresentando uma desvalorização de 19,8%, em relação ao preço de fechamento do ano de 2019. Volume médio diário de negociação foi de R\$ 129,4 milhões.

As ADRs (VIVC), negociadas na NYSE, encerraram o ano cotadas a US\$ 6,87, desvalorizando 38,36% a/c. O volume médio diário de ADRs negociadas foi de US\$ 16,8 milhões.

Realizando o compromisso da Companhia com a maximização do retorno ao acionista, mantivemos nossa política de alta remuneração aos acionistas, conforme Destacado abaixo:

- R\$ 4,4 bilhões de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio propostos<sup>1</sup> em 2020;

2 - Dividend Payout proposto de 113,0%.

3 - Dividendo proposto a ser ratificado na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 15 de abril de 2021.

3 - Considera os valores deliberados as ações preferenciais a ser unificação das classes de ações ocorrida em 23 de novembro de 2020.

8. Perspectivas

Os padrões de consumo no Brasil foram fortalecidos pela pandemia e pelo isolamento social: os clientes estão exigindo não apenas melhores conexões e maiores velocidades de tráfego, mas também uma agregação completa de serviços digitais relevantes, com uma experiência cada vez mais personalizada. Além disso, os

apuração de lucros, a promoção de iniciativas ASG e as possibilidades tanto a segurança e privacidade de informações quanto a eficiência do trabalho de campo (LGPD), sendo tomados cada vez mais importantes para as escolhas dos clientes.

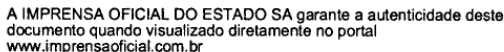
Dessa forma, pretendemos continuar investindo de forma eficiente em alternativas, visando ao segmento de maior potencial de crescimento e maior fidelidade, oferecendo maior valor e flexibilidade aos nossos clientes. Assim, buscamos oferecer soluções inovadoras, como o uso de aplicativos, canais digitais, SAC e VIVA e reforçar nossa reputação de maior conectividade do Brasil. Além disso, Meio Verde e Auroa ASG e VIVA também estão investindo em soluções inovadoras para melhorar a experiência dos nossos clientes, tornando-se uma referência para seus clientes em serviços digitais. Essas iniciativas são a forma mais eficaz de atender às necessidades de nossos clientes e, além disso, nos capacitar para aproveitar as oportunidades de crescimento e inovação.

No cenário macroeconômico Brasil apresenta perspectivas positivas para o consumo e deve continuar se recuperando do impacto do Covid-19 em 2021. O governo planeja reestruir reformas políticas e econômicas significativas em 2021, como as reformas tributária e administrativa. Um posicionamento pró-mercado também impacta o ambiente regulatório, por exemplo, com a migração do modelo de concessão para o modelo de autorização e a evolução para a autogestão. Tais medidas podem contribuir para impulsionar a recuperação do setor de telecomunicações. Temos também a perspectiva de realização do leilão de frequências 5G durante o ano, além da evolução no processo de aquisição dos ativos móveis do grupo Oi. Pelos dados das receitas, a oferta de serviços convergentes e o consumo exponencial de dados e serviços digitais.

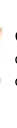
Nesse contexto, a Telefônica Brasil está bem estruturada para manter sua liderança no mercado brasileiro de telecomunicações e continuar atendendo seus 95 milhões de acessos nos negócios fixo e móvel. E os planos estratégicos FibraOptica, Atendimento, MeuVoz/mov, MeuTV/mov, MeuVoz/mov e MeuAssistente de Voz têm permitido alcançar o seu propósito de Digitalizar para Aproximar.

OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento visualizado diretamente no portal

— continue —



quarta-feira, 24 de fevereiro de 2021 às 00:42:16



Certifico o registro sob o nº 138.172/21-3 em 12/03/2021 da empresa TELEFONICA BRASIL S.A., NIRE nº 35300158814, protocolado sob o nº 0191826212. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/03/2021 por GISELA SIMIEMA CESCIN – Secretária Geral. Autenticação: 149638915. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br).

Autenticação Digital Código: 125650604216525474027-2  Cartório Azevêdo Bastos

Autenticação Digital: 4213626474027-2  
Data: 06/04/2021 08:59:34  
Valor Total da Atos: R\$ 1,00

Valor Total do Ato: R\$ 4,66  
Selo Digital Tipo Normal C: ALI65610-AUUO;

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em terça-feira, 6 de abril de 2021 09:03:04 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimto nº 100/2020 CNJ - artigo 22.





Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido										
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)										
Reservas de Capital										
	Capital Social	Reserva Especial	Outras Reservas	Ações em Resgate	Reserva para Expansão	Reserva para Lucros	Dividendo Adicional	Outros Resultados	Total do Patrimônio Líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	63.571,416	63.074	1.238,278	(87.820)	2.584,757	38.413	2.468,684	2.195,575	70.455,578	
Dividendo adicional proposto do exercício de 2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Juros sobre o capital próprio e dividendos prescrites	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transferência de lucros para expansão e modernização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reverso de transações de capital em controle	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Juros sobre o capital próprio e dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reversão de reserva para expansão e modernização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Retenção de lucros para expansão e modernização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	63.571,416	63.074	1.190,208	(87.820)	2.584,808	57,578	600,000	2.195,575	70.455,578	
Dividendo adicional proposto do exercício de 2019	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Juros sobre o capital próprio e dividendos prescrites	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transferência de lucros para expansão e modernização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recompa de ações preferenciais e ordinárias para manutenção em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pagamento de dividendos de resgate e ações na conversão de ações PN em CN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transações de capital, decorrentes da aquisição e alienação de Telefônica Cibersegurança e Tecnologia do Brasil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reversão de reserva para expansão e modernização de 2019	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Juros sobre o capital próprio e dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	63.571,416	63.074	1.228,755	(110.541)	3.073,334	76,345	(1.587,518)	2.195,575	65,888	63.556,744

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

### a) Informações gerais

A Telefônica Brasil S.A. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil"), é uma sociedade por ações de capital aberto, tendo como principal atividade o serviço de telecomunicações, desenvolvimento das atividades necessárias ou seja à execução desses serviços, em conformidade com as concessões, autorizações e permissões que lhes foram outorgadas; exploração de serviços de valor adicionado; exploração de soluções integradas, perfil e prestação de serviços relacionados a: (i) data center, incluindo hospedagem e colocation; (ii) armazenamento, processamento e gerenciamento de dados, informações, textos, imagens, vídeos, aplicativos e sistemas de informações e computadores; (iii) tecnologia da informação; (iv) segurança da informação e de comunicação; (v) telecomunicações; e (vi) sistemas de segurança eletrônica; licenciamento e sublicenciamento de softwares de qualquer natureza, entre outros.

A Companhia tem sua sede à Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berthel, nº 1378, na capital do Estado de São Paulo, Brasil e pertence ao Grupo Telefônica ("Grupo"), com sede na Espanha e presente em diversos países de Europa e América Latina.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Telefônica S.A. ("Telefônica"), empresa holding do Grupo, possui uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia de 73,35% (nota 23).

A Companhia é registrada no Conselho de Valores Mobiliários ("CVM") e tem suas ações negociadas na B3, é também registrada na Securities and Exchange Commission ("SEC"), dos Estados Unidos da América, sendo suas American Depositary Shares ("ADS") listadas apenas em ações ordinárias e negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("New York Stock Exchange") - "NYSE".

### b) Datas e bases

A Companhia atua na prestação de: (i) Serviço Telefônico Fixo Condição ("STFC"); (ii) Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM") - comunicação de dados, inclusive internet em banda larga; (iii) Serviço Móvel Pessoal ("SMP"); e (iv) Serviço de Acesso Condição ("SEAC") - TV por assinatura) em todo o território brasileiro, através de concessões e autorizações, além de outras atividades.

As concessões e autorizações são outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"), órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da Lei Geral das Telecomunicações ("LGT"), Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

De acordo com o contrato de concessão do STFC, a cada biênio, durante os 20 anos do contrato, tendo validade até 31 de dezembro de 2025, a Companhia deverá pagar uma quantia equivalente a 2% da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 22).

Antes da publicação da Lei nº 13.873/2019, as autorizações de espectro eram válidas por 15 anos (em geral) e podiam ser prorrogadas uma única vez, por este mesmo período. Com a revisão normativa validada pela Lei nº 13.873/2019, as autorizações de espectro passaram a ser permitidas, mas a aplicabilidade deste instrumento aos termos atualmente vigentes em vigor na Lei nº 13.873/2019, que detalhou os requisitos necessários ao novo regime de prorrogações sucessivas e se adequou que as autorizações atuais também estão abrangidas pelo referido regime.

No entanto, o Decreto nº 10.242/2019, que altera as condições e seram consideradas pela ANATEL no âmbito das solicitações de renovação, tais como a garantia do uso eficiente de espectro, os aspectos comerciais, o atendimento ao interesse público e o cumprimento das obrigações já assumidas com a ANATEL.

Atualmente, a cada biênio, após a primeira renovação, a Companhia deverá pagar uma quantia equivalente a 2% da receita do SMP do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 22), sendo que, para determinarem o termo, no 15º ano, a Companhia deverá pagar 1% de sua receita no ano anterior. No cálculo, não se consideram a receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos. Em julho de 2018, a ANATEL publicou a Resolução nº 695 com o novo regulamento de preço público do espectro. Esta Resolução fixa novos critérios para os custos de renovação das licenças. A fórmula considera fatores como tempo de autorização, receita auferida na região e quantidade de espectro usado pela prestadora. Parte do pagamento pode ser convertida em compromissos de investimento.

Adicionalmente, a prorrogação das autorizações das faixas em 850 MHz, a ANATEL determinou, por meio do Acórdão nº 510, de 26 de novembro de 2020, prorrogou o prazo de vigência da autorização do direito de uso de radiofrequências, referente às faixas 850 e 900 MHz, 824 e 835,0 MHz, 850 e 851,5 MHz e 845 e 846,5 MHz, associadas ao Plano de Autorização nº 001/2009/PPV/CPV-ANATEL, outorgado à Companhia, até a data de 29 de novembro de 2028, sem exclusividade, em caráter prioritário e resiste à área de prestação referente ao Estado do Rio de Janeiro, conforme o Ato nº 7.281, de 26 de novembro de 2020. A prorrogação por um período inferior ao limite máximo previsto em Lei (20 anos) decorre, na visão de ANATEL, a partir da necessidade de promover reorganização e redimensionamento da canalização de faixas, já o cálculo do valor por método diverso aos anteriormente referidos (ônus bilateral e Resolução nº 695/2018, que aprovou o Regulamento do Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências ("PPDU")) foi decidido sob a alegação de que os instrumentos regulatórios atuais não têm previsão de aplicabilidade aos casos de uma segunda prorrogação das autorizações. Como complemento, determinou a ANATEL que o pagamento pela autorização seja realizado no patamar de 10% do valor devido, cabendo aos 90% restantes serem quitados em forma de investimentos.

Os Termos de Autorização para uso das faixas de radiofrequências são outorgados em função dos resultados obtidos nos respectivos leilões de faixas de radiofrequências, realizadas pela ANATEL.

A seguir, apresentamos um resumo das autorizações para uso de faixas de radiofrequência, outorgadas para a Companhia, conforme os termos de autorização para exploração do serviço em cada região.

Radiofrequência	Banda (MHz)	Vencimento das autorizações
450 MHz	14	2027
700 MHz	20	2027
800 MHz	25	2021-2028
900 MHz	5	2023-2025
1900 MHz	20-50	2020-2025
2100 MHz	20-30	2023
2500 MHz	40-60	2027-2031

### c) Eventos societários ocorridos em 2020 e 2019

#### Em 2020

**Estabelecimento do Novo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios**  
Em agosto de 2020, ocorreu a restauração do Novo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC" ou "Novo Fundo"), sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado. O FIDC poderá ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral em conformidade com seu regulamento.

O objetivo do FIDC é proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas quotas por meio da aplicação de seu patrimônio líquido na aquisição de: (i) direitos creditórios elegíveis, formalizados pelos documentos comprobatórios, que atendam aos critérios de elegibilidade e às condições de cessação; e (ii) ativos financeiros, observados todos os critérios de composição e classificação da carteira do fundo.

A aquisição dos direitos creditórios elegíveis e demais ativos financeiros terão origem em operações de crédito realizadas eletronicamente por clientes da Companhia, no âmbito do programa Vivo Money, exclusivamente mediante debitos eletrônicos debitados pela Companhia.

O FIDC iniciou suas operações em 14 de setembro de 2020, após a concessão do registro automático de que trata o artigo 6º da Instrução CVM nº 36/2011, emitindo 2.000 (duas mil) quotas subordinadas juniores com valor nominal unitário inicial de R\$1.000,00 (mil reais).

Em 1º de dezembro de 2020, a Companhia realizou um novo aporte no FIDC no montante de R\$2.000, com a emissão de mais 2.000 (duas mil) quotas subordinadas juniores com valor nominal unitário inicial de R\$1.000,00 (mil reais).

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia detinha 4.000 (quatro mil) quotas subordinadas juniores com valor nominal unitário inicial de R\$1.000,00 (mil reais), as quais não terão período de remuneração definido e subordinam-se às quotas seniores e às quotas subordinadas mezzanine, nessa ordem de prioridade, para efeito de amortização e resgate.

O FIDC é administrado e controlado pela BNT Trust Distributor de Trusts e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira, com sede na cidade de São Paulo - SP, orientada pela CVM para o exercício de atividade de administração de carteira por meio do ato declaratório nº 11.784, de 30 de junho de 2011.

**Aquisição e alienação do controle da Telefônica Cibersegurança e Tecnologia do Brasil Ltda.**  
Atualização do controle da Telefônica Cibersegurança e Tecnologia do Brasil Ltda.

Em setembro de 2020, a Companhia adquiriu o controle da Telefônica Cibersegurança e Tecnologia do Brasil Ltda. ("CyberSec Brasil"), pelo montante de R\$10.000,00 (dez mil reais), por um patrimônio líquido de R\$500,00 (quinhentos reais) ("Operação").

A CyberSec Brasil é controlada pela Terra Networks Brasil Ltda. ("Terra Networks"), subsidiária integral da Companhia e tem como principal atividade a exploração de soluções integradas, gestão, consultoria, outsourcing e prestação de serviços relacionados à segurança da informação e da comunicação; prestação de serviços de pesquisas, desenvolvimento tecnológico, consultoria, elaboração, implantação e instalação de projetos tecnológicos das áreas de tecnologia da informação, segurança da informação e de inteligência, gerenciamento e a prestação de serviços de reparação, manutenção, assistência técnica e suporte técnico em informática, entre outros serviços.

Esta Operação envolve sociedades sob controle comum, sendo contabilizada pelo valor contábil dos ativos líquidos adquiridos ("Predecessor Value Method"), por não terem sido atendidos determinados requisitos para a utilização do método de aquisição previsto no CPC 15 (R1) / IFRS 3 (R). Consequentemente, a diferença entre o preço pago e o valor de mercado da Terra Networks Brasil Ltda. é registrado no patrimônio líquido da Companhia e de sua controlada.

Em 28 de outubro de 2020, a Companhia efetuou um aporte de capital na CyberSec Brasil no montante de R\$1.000,00 (um mil real) ("Operação").

Em 1º de novembro de 2020, e como passo preliminar à implementação da Operação, foram transferidos à CyberSec Brasil pela Companhia certos ativos (R\$19.008 em bens dos ativos imobilizados e intangíveis), contratos e empresas, todos estritamente relacionados às atividades de cybersecurity.

**Alienação do controle da Telefônica Cibersegurança e Tecnologia do Brasil Ltda.**  
Em reunião realizada em 11 de novembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração do Contrato de Compra e Venda de Quotas, nos termos do qual a Companhia alienou a totalidade das quotas de que era titular, representativas da integralidade do capital social de sua controlada CyberSec Brasil, à Telefônica Cybersecurity Tech, S.L. ("Tact"), controlada indireta da Telefônica S.A., pelo valor total de R\$11.411,11, tendo sido criado um fundo de liquidação de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Operação").

A Operação permitirá que a Companhia, como distribuidor exclusivo da CyberSec Brasil, se destaque no mercado de cybersecurity através da aplicação de seu portfólio de produtos e serviços. Além disso, a Companhia se beneficiará de maior competitividade em função da escala global do parceiro dedicado a tais atividades.

A Operação assegura, ainda, a continuidade de prestação de serviços de cybersecurity pela área de R&D da Companhia e seus clientes finais, na medida que inclui a celebração de determinados contratos que regulamentam a prestação de serviços entre CyberSec Brasil e a Companhia. O Contrato de Compra e Venda contém termos e disposições comuns a esse tipo de transação.

Esta Operação envolve sociedades sob controle comum e, por não terem sido atendidos determinados requisitos para que pudessem ser contabilizadas como uma combinação de negócios previsto no CPC 15 (R1) / IFRS 3 (R), a diferença entre a contraprestação recebida em troca da participação societária alienada foi registrada no patrimônio líquido da Companhia.

Com a conclusão da Operação, a partir de 1º de novembro de 2020, a CyberSec Brasil deixou de ser controlada pela Companhia.

#### Em 2019

**Atualização de sociedade por controle integral**  
Em 26 de setembro de 2019, a subsidiária integral da Companhia, Terra Networks, adquiriu a totalidade das quotas representativas do capital social da Telefônica Infraestrutura e Segurança Ltda. ("TIS"), pertencentes à Telefônica Engenharia de Seguros S.A. e Telefônica Digital Espanol, S.L.U. ("Operação").

A TIS tem como principais atividades a exploração e fomento de serviços e tecnologia de sistemas de segurança da informação, suporte técnico e serviços relacionados à infraestrutura, tecnologia e informação, entre outros.

A Operação permitiu que a Terra Networks, que tem como atividades, dentre outras, o desenvolvimento de sistemas de informática, implantação e consultoria e assistência operacional, maximizasse a comercialização de sistemas, imagens e aplicativos, possibilitando a ampliação do portfólio de serviços profissionais e gerando e a integração das ofertas comerciais da TIS e da Terra Networks, propiciando a geração de valor agregado para a carteira de clientes da Companhia graças à atuação das empresas envolvidas sob a mesma gestão, nas atividades de tecnologia da informação, segurança, IoT e conectividade.

O preço total pago como contraprestação pela aquisição das quotas de emissão da TIS foi de R\$70.844, em parcela única, sem necessidade de qualquer financiamento, utilizando apenas o caixa disponível da Terra Networks. O referido valor foi pago com base no valor econômico da TIS, segundo o critério de fluxo de caixa descontado, com data base de 31 de agosto de 2019, baseado em estudo de avaliação controlado pela Diretoria da Terra Networks.

O contrato de venda e compra contém termos e disposições comuns a esse tipo de transação, tais como: designação e garantias das vendedoras, indenização e outras. A Operação foi, ainda, precedida de uma auditoria contábil, financeira, legal e procedimental em relação à TIS.

continua

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em terça-feira, 6 de abril de 2021 09:03:04 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELionato DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



Certifico o registro sob o nº 138.172/21-3 em 12/03/2021 da empresa TELEFONICA BRASIL S.A., NIRE nº 35300158814, protocolado sob o nº 0191826212. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/03/2021 por GISELA SIMIEMA CESHCHIN - Secretária Geral. Autenticação: 149638915. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesonline.sp.gov.br.

**Autenticação Digital Código: 125650604216525474027-4**  
Data: 06/04/2021 08:59:35  
Valor Total do Ato: R\$ 4,66  
Velor Digital Tipo Normal C: AL165612-STH1;

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal [www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)  
quarta-feira, 24 de fevereiro de 2021 às 00:42:16

**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - [cartorio@azevedobastos.net.br](mailto:cartorio@azevedobastos.net.br)  
<https://azevedobastos.net.br>

Valber Azevêdo de M. Cavalcanti  
Titular

TJPB



Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.net.br/documento/125650604216525474027>



**continuação**

**Telefônica**

**Telefônica Brasil S.A.**  
Companhia Aberta  
CNPJ nº 06.558.157/01-02 | NIRE nº 0015881-4

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

A Operação não foi sujeita a obtenção de quaisquer autorizações regulatórias ou de aprovações por órgãos de Companhia, tendo sido aprovada pela Diretoria da Terra Networks nos termos de seu estatuto social.

A Operação não afetou a estrutura societária da Companhia nem causou qualquer diluição ou alteração de suas ações, tendo sido aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia e pelo Comitê de Administração da Companhia.

Esta Operação envolveu sociedades sob controle comum, foi contabilizada pelo valor contábil dos ativos líquidos adquiridos ("Predecessor Value Method"), por não terem sido atendidos determinados requisitos para a utilização do método de aquisição previsto no CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R). Consequentemente, a diferença entre a contraprestação dada em troca da participação societária obtida e o valor dos ativos líquidos adquiridos foi registrada no patrimônio líquido da Terra Networks.

Com a conclusão da Operação, a partir de 1º de janeiro de 2020, a TIS passou a ser controlada direta da Terra Networks e indireta da Companhia.

**2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**a) Declaração de conformidade**  
As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Controlador) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pelo CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo exibidas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

**b) Base de preparação e apresentação**  
As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo.

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas conforme o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e refletem as modificações no caixa que ocorrem nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são classificados como não circulantes. A única exceção refere-se aos saldos dos tributos diferidos ativos e passivos, que são classificados e demonstrados integralmente como não circulantes.

As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada, enquanto as normas IFRS não requerem sua apresentação. A DVA foi preparada conforme o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conteúdo das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 19 de fevereiro de 2021.

**c) Método contábil e de mensuração**  
As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma).

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R\$). As transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real conforme: (i) os ativos, passivos e patrimônio líquido (exceto o capital social e reservas de capital) são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço; (ii) as despesas e receitas são convertidas pela taxa média de câmbio, exceto para operações específicas que são convertidas pela taxa de câmbio de transação; e (iii) o capital social e reservas de capital são convertidos pela taxa de câmbio de transação.

Os ganhos e perdas resultantes da conversão de investimentos no exterior são reconhecidos na demonstração dos resultados abrangentes. Os ganhos e perdas resultantes da conversão de ativos e passivos monetários verificadas entre a data de câmbio vigente na data de transação e os encerramentos dos exercícios (exceto de conversão de investimentos no exterior) são reconhecidos na demonstração do resultado.

**d) Base de consolidação**  
A Companhia detém participações societárias diretas em controladas e de controle conjunto.

As participações societárias em sociedades controladas ou de controle conjunto estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas o investimento e todos os ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido nas controladas integrais são avaliados integralmente. Os investimentos em sociedades de controle conjunto são mantidos pela equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas.

A seguir, apresentamos as principais informações das investidas diretas da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Investida	Tipo de Investimento	31.12.20	31.12.19
Terra Networks Brasil Ltda. ("Terra Networks")	Controlada	100,00%	100,00%
Telefônica Transportes e Logística ("TGL")	Controlada	99,99%	99,99%
POP Internet Ltda. ("POP")	Controlada	99,99%	99,99%
Vivo Money Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Vivo Money") (nota 1)	Controlada	100,00%	100,00%
Alpina Alô Holding B.V. ("Alpina")	Controlada conjunto	50,00%	50,00%
Companhia AIX de Participações ("AIX")	Controlada conjunto	50,00%	50,00%
Companhia ACT de Participações ("ACT")	Controlada conjunto	50,00%	50,00%

**Terra Networks:** Controlada integral e direta da Companhia, com sede no Brasil, tendo como principais atividades o desenvolvimento, produção, instalação e manutenção de sistemas de informática; consultoria, assistência operacional, treinamento de cursos e recepções em informática; comercialização de produtos, sistemas de informática, licença de software e aplicativos; importação e exportação de serviços, licenciamento e sistemas de informática; cessão de espaço para instalação de publicidade ou material publicitário em geral; fornecimento de acesso à internet; serviços e atividades relativas à distribuição de produtos e comércio eletrônico; serviços de conexão e entretenimento; prestação de serviços de intermediação de serviços e negócios em geral; comercialização, distribuição, licenciamento de conteúdos digitais; desenvolvimento e disponibilização de conteúdos digitais na internet; comercialização, comércio a varejo de equipamentos e produtos; prestação de serviços de suporte técnico em informática, entre outras.

Desde 1º de setembro de 2019, a Terra Networks passou a ser a controladora direta da TIS (nota 1), sociedade com sede no Brasil, tendo como principais atividades a exploração e licenciamento de serviços e tecnologia de sistemas de segurança da informação, suporte técnico e outros serviços relacionados à infraestrutura, tecnologia e informação, entre outras.

**TGL:** Controlada direta da Companhia, com sede no Brasil, tendo como principais atividades a prestação de serviços na atividade de transporte multimodal de produtos em geral; atividades de logística, armazenagem e exploração de armazéns gerais e aduaneiros em todo território nacional; locação de equipamentos e armazenamento de mercadorias de terceiros, entre outras.

**POP:** Controlada direta da Companhia, com sede no Brasil, tendo como principais atividades o desenvolvimento de atividades relacionadas a informática, internet e quaisquer outros meios; prestação de serviços de hospedagem e exploração comercial de websites; portais; manipulação, a disponibilização e a armazenagem de informações e dados; comércio de software, hardware, equipamentos de telecomunicações e eletroeletrônicos; desenvolvimento, o licenciamento e a manutenção de sistemas e redes de informação; desenvolvimento de comércio eletrônico; criação e a administração de bancos de dados próprios ou de terceiros; comercialização e venda de publicações, propagandas e banners, entre outras.

A POP é a controladora direta da Inovare Lda ("Inovare"), com sede no Brasil, tendo como principais atividades atuar como provedor de internet, desenvolver atividades de informação, desenvolver toda forma de atividades de telecomunicações, inclusive a transmissão de voz, dados e informações; comercializar equipamentos e/ou acessórios de telecomunicações e eletroeletrônicos, entre outras.

**Vivo Money:** Controlada integral e direta da Companhia, com sede no Brasil. É um FIDC estruturado pela Companhia, para a aquisição dos direitos creditórios elegíveis e demais ativos financeiros com origem em operações de crédito realizadas eletronicamente por clientes da Companhia, no âmbito do programa Vivo Money, exclusivamente mediante plataforma eletrônica disponibilizada pela Companhia (nota 1).

**AIX:** Empresa com controle conjunto, com sede em Amsterdã (Holanda), com participação de 50% da Companhia, tendo como principal atividade a aquisição, gestão de subsidiárias e participações no setor de telecomunicações.

**ACT:** Empresa com controle conjunto, com sede no Brasil, com participação de 50% da Companhia, tendo como principal atividade a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à exploração, direita e indireta, de atividades relacionadas à execução, conclusão e exploração de redes subterâneas de dados para fibras ópticas.

**e) Informações por segmento**  
Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são analisadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na deliberação sobre alocação de recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que: (i) todas as decisões das administrações e gestores são tomadas com base em relatórios consolidados; (ii) a métrica da Companhia e suas controladas é proreus seus clientes de serviços de telecomunicações com qualidade e (iii) todas as decisões de planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, a conclusão da Administração é de que a Companhia e suas controladas operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de telecomunicações.

**f) Principais políticas contábeis**  
As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia, foram incluídas nas respectivas notas explicativas e se referem:

As políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, exceto pelas mudanças adotadas pelas novas pronouncements, interpretações e alterações, aprovadas pelo International Accounting Standards Board (IASB), que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020, conforme segue:

- Alterações ao CPC 15 (R1) - Definição de entidade
- Alterações ao CPC 26 (R1) e IASB - Definição de entidade
- Alterações ao CPC 26 (R1) e IASB - Definição de entidade

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de entidade em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, divulgada em dezembro de 2018, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de "entidade material" ou "divisão de entidade material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição declara que "a informação é material se sua omissão, distorção ou ocultamento pode influenciar, razoavelmente, decisões tomadas por usuários das demonstrações financeiras de propósito geral baseadas em tais mesmas demonstrações financeiras, que forneçam informações financeiras sobre relatório específico da entidade".

A adoção dessas alterações não causou nenhum impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período inicial de adoção (1º de janeiro de 2020).

Novos pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações do IASB, aplicadas ao CPC:

Além das normas mencionadas anteriormente, na data de elaboração das demonstrações financeiras, o IASB havia emitido a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação.

A IFRS 17 entrará em vigor para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção local de IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia. A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja adoção não é obrigatória.

**g) Estrutura e movimentos contábeis críticos**  
A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas críticas e o exercício do julgamento por parte da Administração da Companhia na aplicação das suas políticas contábeis. Essas estimativas são baseadas na melhor compreensão, informações disponíveis na data do encerramento do exercício social e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registros nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As estimativas e julgamentos significativos e relevantes, aplicados pela Companhia na preparação das demonstrações financeiras, são apresentados nas seguintes notas explicativas: contra a receber (nota 4); imposto de renda e contribuição social (nota 12); imobilizado (nota 13); provisões e contingências (nota 14); receita operacional líquida (nota 24); plano de previdência e outros benefícios de longo prazo (nota 30); instrumentos financeiros e gestão de capital e fluxo (nota 31).

**3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

**a) Políticas contábeis**  
São ativos financeiros, mensurados ao custo amortizado, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalente de caixa uma aplicação financeira de liquidez imediata, sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e com resgate no prazo de até 90 dias das datas das demonstrações.

**b) Composição**

	Controladora	Consolidada
Caixa e contas bancárias (1)	31.12.20	31.12.19
Aplicações financeiras (2)	182.228	247.240
Total	5.327.116	2.853.009

(1) Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos da controladora, incluem as montantes de R\$47.313 e R\$59.657, respectivamente, referentes a Financial Clearing House, com uma empresa do Grupo Telefônica (nota 28).

(2) As aplicações financeiras de curto prazo são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha, baseadas na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDIs") com liquidez imediata, com vencimento médio de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas como receitas financeiras.

**4. CONTAS A RECEBER**

**a) Políticas contábeis**  
São ativos financeiros mensurados, no momento inicial pelo valor justo e subsequentemente, pelo custo amortizado e avaliados pelo valor dos serviços prestados ou das mercadorias vendidas de acordo com as condições contratuais, líquidas das perdas estimadas para redução ao valor recuperável. Inclui os serviços prestados que ainda não foram faturados até a data do balanço, bem como as contas a receber relacionadas à venda de aparelhos celulares, acessórios, publicidade e locação de equipamentos de informática (produto Vivo TECH) e direitos creditórios do FIDC Vivo Money.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda estimada para redução ao valor recuperável em um montante líquido à perda de crédito esperada para a vida útil.

**b) Estimativas e julgamentos críticos**  
Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações relevantes e supervenientes que são relevantes e disponíveis. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Ainda que a Companhia e suas controladas acreditem que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados podem ser diferentes.

**c) Composição**

	Controladora	Consolidada
Valores faturados	31.12.20	31.12.19
Valores a faturar (1)	7.514.721	7.010.556
Valores de interconexão	2.169.198	2.810.033
FIDC Vivo Money	724.633	790.061
FIDC Vivo Money	1.975	1.975
Valores com partes relacionadas (nota 28)	93.530	122.231
Contas a receber, bruto	10.604.157	10.732.871
Provisão para perda estimada para redução ao valor recuperável	(2.245.175)	(1.615.698)
Total	8.358.982	9.117.173
Circulante	8.174.754	8.875.720
Não circulante	379.598	440.463

(1) Inclui os montantes dos ativos contratuais, demonstrados no item 4.d, desta nota.

Os saldos não circulantes das contas a receber incluem:

	Controladora	Consolidada
Parcela de renovação de mercadorias B2B - 24 meses	31.12.20	31.12.19
Parcela de renovação de mercadorias B2C - 24 meses	159.075	182.298
Parcela de renovação de mercadorias B2B - 36 meses	348.086	317.588
Produto Vivo TECH (1)	566.974	589.921
Valor nominal a receber	1.074.205	1.097.897
Provisão para perda estimada para redução ao valor recuperável	(515.223)	(480.266)
Valor presente a receber	558.982	617.631
Provisão para perda estimada para redução ao valor recuperável	(152.572)	(101.362)
Valor líquido a receber	406.410	516.269

(1) O cronograma de vencimento é de até cinco anos para os montantes relacionados ao produto Vivo TECH. Não existem valores rescaldos não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante os exercícios.

A seguir, apresentamos os valores a receber, líquidos das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber, por idade de vencimento.

	Controladora	Consolidada
Vencimento (1)	31.12.20	31.12.19
Vencimento - 1 a 30 dias	6.763.482	6.800.581
Vencimento - 31 a 60 dias	227.406	310.686
Vencimento - 61 a 90 dias	139.476	199.066
Vencimento - 91 a 120 dias	157.026	245.036
Vencimento - mais de 120 dias	295.244	529.329
Total	8.583.634	8.115.773

(1) Inclui os montantes dos ativos contratuais, demonstrados no item 4.d, desta nota.

**continua**



A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal [www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)

quarta-feira, 24 de fevereiro de 2021 às 00:42:16



Certifico o registro sob o nº 138.172/21-3 em nome de 12/03/2021 da empresa TELEFONICA BRASIL S.A., NIRE nº 35300158814, protocolado sob o nº 0191826212. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/03/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN - Secretária Geral. Autenticação: 149638915. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucespnet.sp.gov.br](http://www.jucespnet.sp.gov.br).

CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 125650604216525474027-5  
Data: 06/04/2021 08:59:35  
Valor Total do Ato: R\$ 4,66  
Sel Digital Tipo Normal C: AL165613-4B9G;

CNJ: 06.870-0

**Cartório Azevedo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)  
[www.azevedobastos.not.br](http://www.azevedobastos.not.br)

Valber Azevedo de M. Cavalcanti  
Titular

TJ/PB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em terça-feira, 6 de abril de 2021 09:03:04 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticidade.



\* continuación



**Telefônica Brasil S.A.**  
Compartilhado  
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 33.0015881-4

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não havia cliente que representasse mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

d) Modimentação dos ativos contratuais

A seguir, apresentamos as movimentações dos ativos contratuais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

	Controladora e Consolidado		
	Ativo contratuall, bruto	Provisão para perdas	Ativo contratuall, líquido
Saldos em 31.12.18	196.733	(33.708)	162.025
Altas	558.663	(12.406)	546.367
Boxas	(485.106)		(485.106)
Saldos em 31.12.19	269.890	(66.194)	223.614
Altas	444.284		444.284
Boxas	(510.215)	11.300	(498.915)
Saldos em 31.12.20	203.577	(34.894)	168.683

e) Movimentação das perdas para redução ao valor recuperável

A seguir, apresentamos as movimentações das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber.

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31.12.18</b>	<b>(1.483.726)</b>	<b>(1.498.134)</b>
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões (nota 25)	(1.658.419)	(1.682.348)
Baixas	1.525.447	1.547.577
Combinação de negócios (nota 1.d)	-	(11.892)
<b>Saldo em 31.12.19</b>	<b>(1.616.698)</b>	<b>(1.644.797)</b>
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões (nota 25)	(1.734.045)	(1.740.350)
Baixas	1.351.869	1.312.572
<b>Saldo em 31.12.20</b>	<b>(2.048.874)</b>	<b>(2.072.574)</b>

## 5. ESTOQUES

a) Valoriz. contábil  
 São avaliados e demonstrados pelo custo médio de aquisição ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. Incluem materiais para revenda como aparelhos celulares, smarts, acessórios, materiais de consumo e manutenção. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda, menos custos normais dos negócios, menos os impostos.  
 As perdas estimadas para redução ao valor realizável são constituídas por os materiais e aparelhos considerados obsoletos ou cujas quantidades são superiores aquelas usualmente comercializadas em um período razoável. Os valores das adições e reversões das perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsoleto dos estoques, são reconhecidos no resultado e foram incluídos nos custos das mercadorias vendidas (nota 23).

b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Materiais para revenda	584.062	535.459	590.706	539.822
Materiais para consumo	35.939	40.652	37.156	41.584
Outros estoques	34.896	23.899	35.109	24.115
Estoques, bruto	654.899	600.010	662.971	605.521
Perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência	(28.063)	(26.527)	(29.871)	(27.518)
Total	626.836	573.483	633.100	578.003

## 6. DESPESAS ANTECIPADAS

a) Política contábil  
Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados relativos a serviços contratados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.  
Inclui os montantes dos custos incrementais relacionados com a obtenção de um contrato (comissões de

b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Cuentos Incrementales (contratos con clientes)	480.900	330.919	480.900	330.919
Propaganda e publicidade	275.080	240.435	275.080	240.435
Aluguéis	61.559	184.221	61.559	184.221
Manutenção de software e redes	22.754	33.797	22.754	33.797
Encargos financeiros	79.125	30.521	80.171	30.521
Pessoal	-	29.694	-	31.363
Seguros	15.383	20.363	15.500	20.459
Suvidas e juros (1)	102.851	-	102.851	-
Tributos e outras despesas antecipadas	15.241	26.091	15.046	27.007
<b>Total</b>	<b>1.052.725</b>	<b>905.049</b>	<b>1.052.725</b>	<b>905.585</b>
Créditos e débitos	852.257	684.972	854.766	686.300
<b>Saldo</b>	<b>200.468</b>	<b>220.077</b>	<b>200.468</b>	<b>220.077</b>

(1) Refere-se a contratos firmados para a disponibilização de infraestruturas, equipamentos e links para a comunicação via satélite, visando a melhor prestação de serviços pela Companhia. Estes contratos têm duração de até 5 anos.

## 7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Política contab

a.1) Tributos correntes  
Ativos e passivos tributários correntes referentes aos exercícios corrente e anteriores são mensurados ao valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no

	<b>Saldo em</b>
	<b>31.12.18</b>
<b>Ativo (passivo) diferido</b>	
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)	1.273.484
IR e CS sobre diferenças temporárias (2)	2.236.439
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.325.562
Procedimentos e outros provisões	541.893
Carteira de clientes e mercado	164.603
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	437.679
Perdas estimadas de moedas e outros ativos imobilizados	178.000
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	225.060
Participações nos resultados	126.755
Licenças	(1.853.214)
Ações (Spanish e Nayriva, Vivo Part. e GVTPart.)	(4.600.940)
Bens do ativo imobilizado de pequeno valor	(335.606)
Lei de Inovação Tecnológica	(50.127)
Sobre outras diferenças temporárias (3)	21.622
<b>Total do ativo (passivo) líquido, não circulante</b>	<b>(1.082.952)</b>
<b>Ativo fiscal diferido</b>	
Passivo fiscal diferido	5.338.766
<b>Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido</b>	<b>(4.255.766)</b>
Representado no balanço patrimonial de seguinte forma:	
Passivo fiscal diferido	(1.082.952)

	Saldos em 31/12/18
Ativo (passivo) diferido	1.428.478
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)	1.021.831
IR e CS sobre diferenças temporárias (2)	1.963.700
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, civis e regulatórias	1.963.700
Fornecedores e outras provisões	571.734
Carteira de créditos e marcas	1.963.700
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	442.276
Perdas estimadas de modelos e outros ativos intangíveis	176.130
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	290.097
Participação nos resultados	129.589
Licenças	1.863.214
Apex (Sorath e Nayvite, Vivo Part. e GVTPart.)	4.600.940
Bens do ativo imobilizado de pequeno valor	(306.068)
Lei de Inovação Tecnológica	(50.127)
Sobre outras diferenças temporárias (3)	1.752.889
Total do passivo diferido	1.752.889
Ativo fiscal diferido	5.569.885
Passivo fiscal diferido	(4.626.745)
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	(1.752.889)
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:	
Ativo fiscal diferido de controladas	230.097
Passivo fiscal diferido	(1.982.932)

(1) Refere-se aos montantes registrados, que conforme a legislação tributária brasileira, poderão ser compensados no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição.

\_\_\_\_\_



A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal [www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)

quarta-feira, 24 de fevereiro de 2021 às 00:42:16



Certifico o registro sob o nº 138.172/21-3 em 12/03/2021 da empresa TELEFONICA BRASIL S.A., NIRE nº 35300158814, protocolado sob o nº 0191826212. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/03/2021 por GISELA SIMIEMA CESCIN – Secretária Geral. Autenticação: 149638915. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucesonline.sp.gov.br](http://www.jucesonline.sp.gov.br).

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/125650604216525474027>



## CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 125650604216525474027-6  
Data: 06/04/2021 08:59:35  
Valor Total do Ato: R\$ 4,66  
Selo Digital Tipo Normal C: ALI65614-QQ2S:



CNJ: 06.870-0

**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)  
<https://azevedobastos.not.br>



Válber Azevêdo de M. Cavalcanti  
Titular

## TIP



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em terça-feira, 6 de abril de 2021 09:03:04 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.









continuação

**Telefônica**

**Telefônica Brasil S.A.**  
Companhia Aberta  
CNPJ nº 02.558.157/01-65 - NIRE 20.0015881-48

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**4) Taxa de depreciação**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia realizou avaliações das vidas úteis aplicadas em seus ativos imobilizados por meio do método comparativo direto de dados do mercado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os trabalhos não indicaram a necessidade de alterações na vida útil e taxas anuais de depreciação.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os trabalhos indicaram a necessidade de alterações na vida útil e taxas anuais de depreciação de alguns bens das classes de ativos e, estas alterações na estimativa contábil, causaram aumentos nas despesas de depreciação de R\$263.552 em 2019.

A seguir, apresentamos um quadro das taxas anuais de depreciação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, exceto para os ativos de arrendamentos (apresentados na nota 12.a).

	Condição
Depreciação	2,50% a 25,00%
Equipamentos de comunicação e transmissão	6,67% a 66,67%
Equipamentos terminais/modens (1)	2,50% a 66,67%
Infraestrutura	10,00% a 25,00%
Outros ativos imobilizados	

(1) Inclui aparelhos celulares em comodato, com taxas anuais de depreciação de 20,00% a 50,00%.

**5) Informações adicionais dos arrendamentos**

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova reavaliação dos passivos de arrendamento.

A Companhia e suas controladas atuam como arrendatárias em um número significativo de contratos de arrendamento sobre diferentes ativos, como estruturas torre e roteiros e o respectivo terreno onde estão localizadas, além de contratos de arrendamento de infraestrutura de rede e outros equipamentos e meios de transmissão; equipamentos de informática, escritórios, lojas e imóveis comerciais. A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, conforme permitido pela IFRS 16.

A seguir, apresentamos a movimentação dos arrendamentos. Já contemplados nos quadros de movimentação do imobilizado (nota 12.d). Estas informações incluem os montantes de arrendamentos enquadrados pelo IAS 17 e previsto para desamortização para estes arrendamentos.

	Condição			
	Equipamentos de comunicação e transmissão	Infraestrutura	Outros ativos	Total
<b>Taxa anual de depreciação (%)</b>	18,6 a 92,31	3,05 a 92,31	20,90	
<b>Saldo em 31.12.18</b>	186.554	199.455	10.950	396.959
Saldo em 31.12.19	186.554	199.455	10.950	396.959
Adição inicial de IFRS 16 em 01.01.19	91.836	8.526.236	-	8.618.072
Adições	107.108	1.058.533	-	1.165.641
Subamortização (nota 12.c)	-	(103.101)	-	(103.101)
Depreciação (IAS 17)	(13.540)	(35.181)	(7.730)	(56.451)
Depreciação (IAS 17)	-	(2.098)	-	(2.098)
Depreciação (IFRS 16)	(25.652)	(1.857.258)	-	(1.882.910)
Cancelamentos de contratos	-	(105.592)	-	(105.592)
Saldo em 31.12.19	346.308	8.401.583	3.220	8.751.111
Adições	55.904	4.394.809	10.564	4.461.277
Subamortização (nota 12.c)	-	(2.115)	-	(2.115)
Depreciação (IAS 17)	(13.540)	(30.277)	(3.220)	(47.037)
Depreciação (IAS 17)	-	(4.502)	-	(4.502)
Depreciação (IFRS 16)	(30.159)	(2.148.250)	-	(2.178.409)
Cancelamentos de contratos	-	(28.020)	-	(28.020)
Saldo em 31.12.20	358.091	10.122.337	10.381	10.690.809

(1) Inclui os bens montantes de arrendamentos enquadrados pelo IAS 17 e a provisão para desamortização para estes arrendamentos.

**6) Bens do imobilizado em garantia**

Em 31 de dezembro de 2020, os montantes consolidados de bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais eram de R\$85.172 (R\$81.416 em 31 de dezembro de 2019).

**Saldo e movimentações**

	Saldo em 31.12.18	Adições	Transferências líquidas	Transferências de bens destinados à venda (2)	Amortização (nota 25)	Saldo em 31.12.19	Adições (3)	Transferências líquidas	Aporte de capital na CyberCo Brasil (nota 1.c)	Amortização (nota 25)	Saldo em 31.12.20
Saldo em 31.12.18	23.062.421	3.244.526	1.428.274	989.410	13.056.137	40.447	(499)	389.677	42.220.985		
Adições	-	371.975	-	-	-	-	-	1.389.960	1.761.935		
Transferências líquidas	(3.249)	(5.066)	-	-	-	-	-	-	(8.315)		
Transferências líquidas	-	1.314.991	-	-	-	-	-	-	85.289		
Transferências de bens destinados à venda (2)	-	(1.537)	-	-	-	-	-	(1.229.656)	(1.537)		
Amortização (nota 25)	-	(1.234.321)	(500.441)	(84.205)	(964.316)	(3.729)	-	-	(2.787.640)		
Saldo em 31.12.19	23.059.172	3.890.564	928.833	905.208	12.091.821	45.654	(499)	548.979	41.270.732		
Adições (3)	-	526.112	-	-	-	-	-	-	526.112		
Transferências líquidas	(32.743)	(220)	-	-	-	-	-	-	(32.963)		
Transferências líquidas	-	1.211.314	-	-	-	-	-	-	188.176		
Aporte de capital na CyberCo Brasil (nota 1.c)	-	(2.770)	-	-	-	-	-	-	(2.770)		
Amortização (nota 25)	-	(1.420.757)	(296.267)	(84.205)	(914.411)	(3.102)	-	-	(2.717.742)		
Saldo em 31.12.20	23.026.429	4.007.433	633.566	821.000	11.361.710	42.552	(12.729)	702.080	40.582.117		
Custo	23.059.172	18.130.812	4.513.278	1.658.897	20.428.520	269.557	(12.729)	702.080	70.555.496		
Amortização acumulada	-	(15.951.547)	(3.879.712)	(837.897)	(9.056.810)	(227.005)	-	-	(30.072.971)		
Total	23.026.429	4.007.433	633.566	821.000	11.361.710	42.552	(12.729)	702.080	40.582.117		

(1) Inclui os bens montantes de arrendamentos enquadrados pelo IAS 17 e a provisão para desamortização para estes arrendamentos.

**7) Bens do imobilizado em garantia**

Em 31 de dezembro de 2020, os montantes consolidados de bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais eram de R\$85.172 (R\$81.416 em 31 de dezembro de 2019).

	Saldo em 31.12.18	Adições	Transferências líquidas	Transferências de bens destinados à venda (2)	Amortização (nota 25)	Saldo em 31.12.19	Adições (3)	Transferências líquidas	Aporte de capital na CyberCo Brasil (nota 1.c)	Amortização (nota 25)	Saldo em 31.12.20
Saldo em 31.12.18	23.062.421	3.244.526	1.428.274	989.410	13.056.137	40.447	(499)	389.677	42.220.985		
Adições	-	371.975	-	-	-	-	-	1.389.960	1.761.935		
Transferências líquidas	(3.249)	(5.066)	-	-	-	-	-	-	(8.315)		
Transferências líquidas	-	1.314.991	-	-	-	-	-	-	85.289		
Transferências de bens destinados à venda (2)	-	(1.537)	-	-	-	-	-	(1,229,656)	(1,537)		
Amortização (nota 25)	-	(1,234,321)	(500,441)	(84,205)	(964,316)	(3,729)	-	-	(2,787,640)		
Saldo em 31.12.19	23,059,172	3,890,564	928,833	905,208	12,091,821	45,654	(499)	548,979	41,270,732		
Adições (3)	-	526,112	-	-	-	-	-	-	526,112		
Transferências líquidas	(32,743)	(220)	-	-	-	-	-	-	(32,963)		
Transferências líquidas	-	1,211,314	-	-	-	-	-	-	188,176		
Aporte de capital na CyberCo Brasil (nota 1.c)	-	(2,770)	-	-	-	-	-	-	(2,770)		
Amortização (nota 25)	-	(1,420,757)	(296,267)	(84,205)	(914,411)	(3,102)	-	-	(2,717,742)		
Saldo em 31.12.20	23,026,429	4,007,433	633,566	821,000	11,361,710	42,552	(12,729)	702,080	40,582,117		
Custo	23,059,172	18,130,812	4,513,278	1,658,897	20,428,520	269,557	(12,729)	702,080	70,555,496		
Amortização acumulada	-	(15,951,547)	(3,879,712)	(837,897)	(9,056,810)	(227,005)	-	-	(30,072,971)		
Total	23,026,429	4,007,433	633,566	821,000	11,361,710	42,552	(12,729)	702,080	40,582,117		

(1) As baixas proporcionais do ativo, referem-se a:

(i) R\$32.743 de alienação do investimento da CyberCo Brasil (nota 1.c); e

(ii) R\$3.249 de alienação dos data centers de Tamboré e de Curitiba (CIC), alienados pelo parágrafo 66 do CPC nº 01 (R11) / IAS 36.

(2) Refere-se às transferências dos bens dos data centers de Tamboré e de Curitiba (CIC), alienados pelo parágrafo 66 do CPC nº 01 (R11) / IAS 36.

(3) Conforme contrato celebrado pela Companhia em 8 de maio de 2019 e concluído com a aquisição em 24 de julho de 2019.

(4) Conforme contrato em fiança, ocorrido em 2020, refere-se à prorrogação de autorização de direito de uso de radiotelefonia para a exploração do SMP no Estado do Rio de Janeiro, concedida pela ANATEL em 29 de novembro de 2020 (nota 1.b).

**8) Taxas de amortização**

A seguir, apresentamos um quadro das taxas de amortização para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

**g) Bases reversíveis**

O contrato de concessão do STFC da Companhia prevê que os bens pertencentes ao patrimônio da Companhia e que sejam indispensáveis à prestação dos serviços descritos no referido contrato são considerados reversíveis. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo residual dos bens reversíveis em exercício em R\$6.711.435 (R\$7.364.436 em 31 de dezembro de 2019), composto por equipamentos de comunicação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

**13. INTANGÍVEL**

**a) Política contábil**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo da aquisição/construção no momento de seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição menos formação, líquido de amortização e de provisões para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração dos resultados no exercício em que for incorrido.

A vida útil de um ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida, sendo:

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo método linear e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indícios de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados anualmente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação à perda por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível de UGC. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é efetuada de forma prospectiva. Após perdidos na aquisição de investimentos são tratados como intangíveis de vida útil indefinida.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício em que o ativo for baixado.

**b) Estimativas e julgamentos críticos**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou UGC excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é baseado na taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

A Companhia analisa periodicamente o desempenho da UGC definida a fim de identificar uma possível depreciação nos ativos e outros ativos. A determinação do valor recuperável de UGC a que são atribuídos os ativos inclui também o uso de hipóteses e estimativas e requer um grau significativo de julgamento e critério.

O tratamento contábil do investimento em ativo intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua amortização, em particular para os ativos adquiridos em combinações de negócios.

A depreciação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e ao uso alternativo dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto tecnológico e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de alto grau de incerteza.

**c) Composição e movimentação**

Apresentamos uma breve descrição dos principais bens que compõem o intangível com vida útil definida:

**Software:** compreendem licenças de programas utilizados para as atividades operacionais, comerciais e administrativas.

**Carteira de clientes e marcas:** compreendem ativos intangíveis adquiridos por meio de combinação de negócios.

**Licenças:** compreendem licenças de concessão e autorização, adquiridas junto à ANATEL para a prestação dos serviços de telecomunicações. Incluem também, licenças decorrentes da combinação de negócios.

**Controladora**

	Vida útil indefinida	Carteira de clientes e marcas		Vida útil definida	Outros	Perdas estimadas	Software em		
	Saldo	Software	Carteira de clientes e marcas	Software	Outros	Software em	Saldo		
Saldo em 31.12.18	23.062.421	3.244.526	1.428.274	989.410	13.056.137	40.447	(499)	389.677	42.220.985
Adições	-	371.975	-	-	-	-	-	1.389.960	1.761.935
Transferências líquidas	(3.249)	(5.066)	-	-	-	-	-	-	(8.315)
Transferências líquidas	-	1.314.991	-	-	-	-	-	-	85.289
Transferências de bens destinados à venda (2)	-	(1.537)	-	-	-	-	-	(1,229,656)	(1,537)
Amortização (nota 25)	-	(1,234,321)	(500,441)	(84,205)	(964,316)	(3,729)	-	-	(2,787,640)
Saldo em 31.12.19	23.059.172	3.890.564	928.833	905.208	12.091.821	45.654	(499)	548.979	41.270.732
Adições (3)	-	526.112	-	-	-	-	-	-	526.112
Transferências líquidas	(32.743)	(220)	-	-	-	-	-	-	(32.963)
Transferências líquidas	-	1.211.314	-	-	-	-	-	-	188.176
Aporte de capital na CyberCo Brasil (nota 1.c)	-	(2.770)	-	-	-	-	-	-	(2.770)
Amortização (nota 25)	-	(1,420,757)	(296,267)	(84,205)	(914,411)	(3,102)	-	-	(2,717,742)
Saldo em 31.12.20	23.026.429	4.007.433	633.566	821.000	11.361.710	42.552	(12.729)	702.080	40.582.117
Custo	23.059.172	18.130.812	4.513.278	1.658.897	20.428.520	269.557	(12.729)	702.080	70.555.496
Amortização acumulada	-	(15.951.547)	(3.879.712)	(837.897)	(9.056.810)	(227.005)	-	-	(30.072.971)
Total	23.026.429	4.007.433	633.566	821.000	11.361.710	42.552	(12.729)	702.080	40.582.117

(1) Inclui os bens montantes de arrendamentos enquadrados pelo IAS 17 e a provisão para desamortização para estes arrendamentos.

(2) Refere-se às transferências dos bens dos data centers de Tamboré e de Curitiba (CIC), alienados pelo parágrafo 66 do CPC nº 01 (R11) / IAS 36.

(3) Conforme contrato celebrado pela Companhia em 8 de maio de 2019 e concluído com a aquisição em 24 de julho de 2019.

(4) Conforme contrato em fiança, ocorrido em 2020, refere-se à prorrogação de autorização de direito de uso de radiotelefonia para a exploração do SMP no Estado do Rio de Janeiro, concedida pela ANATEL em 29 de novembro de 2020 (nota 1.b).

**8) Taxas de amortização**

A seguir, apresentamos um quadro das taxas de amortização para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

	Saldo em 31.12.18	Adições	Transferências líquidas	Transferências de bens destinados à venda (2)	Amortização (nota 25)	Saldo em 31.12.19	Adições (3)	Transferências líquidas	Aporte de capital na CyberCo Brasil (nota 1.c)	Amortização (nota 25)	Saldo em 31.12.20
Saldo em 31.12.18	23.062.421	3.244.526	1.428.274	989.410	13.056.137	40.447	(499)	389.677	42.220.985		
Adições	-	371.975	-	-	-	-	-	1.389.960	1.761.935		
Transferências líquidas	(3.249)	(5.066)	-	-	-	-	-	-	(8.315)		
Transferências líquidas	-	1.314.991	-	-	-	-	-	-	85.289		
Transferências de bens destinados à venda (2)	-	(1.537)	-	-	-	-	-	(1,229,656)	(1,537)		
Amortização (nota 25)	-	(1,234,321)	(500,441)	(84,205)	(964,316)	(3,729)	-	-	(2,787,640)		
Saldo em 31.12.19	23,059,172	3,890,564	928,833	905,208	12,091,821	45,654	(499)	548,979	41,270,732		
Adições (3)	-	526,112	-	-	-	-	-	-	526,112		
Transferências líquidas	(32,743)	(220)	-	-	-	-	-	-	(32,963)		
Transferências líquidas	-	1,211,314									



A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal [www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)

quarta-feira, 24 de fevereiro de 2021 às 00:42:16

Certifico o registro sob o nº 138.172/21-3 em 12/03/2021 da empresa TELEFONICA BRASIL S.A., NIRE nº 35300158814, protocolado sob o nº 0191826212. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/03/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 149638915. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucespnet.sp.gov.br](http://www.jucespnet.sp.gov.br).

**Autenticação Digital Código: 125650604216525474027-9**  
**Data: 06/04/2021 08:59:35**  
**Valor Total do Ato: R\$ 4,66**  
**Valor Digital Tipo Normal C: AL165617-ZRUL;**

**Cartório Azevedo Bastos**  
 Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
 Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
 (83) 3244-5404 - [cartorio@azevedobastos.net.br](mailto:cartorio@azevedobastos.net.br)  
<https://azevedobastos.net.br>

Valber Azevedo de M. Cavalcanti  
 Titular

**TJ/PB**

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em terça-feira, 6 de abril de 2021 09:03:04 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.

CNPJ nº 02.556.153/0001-40 - NIRE nº 35.30015881-8

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para cada combinação de negócio, a Companhia mensura a participação de não controladores na aquisição pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na aquisição. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, os ativos tangíveis e passivos financeiros assumidos são avaliados com o objetivo de desatualizar o valor de aquisição de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segurança, por parte da aquisição, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na aquisição.

Se a combinação de negócios for realizada em etapas, o valor justo na data de aquisição da participação societária privadamente detida no capital de aquisição é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração dos resultados.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou passivo deverão ser reconhecidas na demonstração dos resultados.

Inicialmente, o ativo é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida como ganho na demonstração dos resultados.

## a) Composição dos dados

A seguir, apresentamos a composição dos dados registrados pela Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

## Controladora / Consolidado

	31.12.20	31.12.19
QVT Participações, ocorrido em 2015	12.837.141	12.837.141
Vivo Participações, ocorrido em 2011 (1)	8.134.466	8.137.228
Telefônica Televisão Participações, anteriormente Nanytree, ocorrido em 2008	780.693	780.693
Spanish e Figuraria, por incorporação da Telefônica Data Brasil Holding (TDH), ocorrido em 2008	212.056	212.056
Santa Genoveva Participações, controladora de Atum Telecomunicações, ocorrido em 2004	71.892	71.892
Ajato Telecomunicação Ltda.	149	149
<b>Total</b>	<b>23.026.429</b>	<b>23.059.172</b>

(1) As bases proporcionais do ativo, referem-se a: (i) R\$32.743 de alienação do investimento da CyberCo Brasil (nota 14) em 2020 e (ii) R\$3.749 de aquisição da data center de Tamoio e de Curitiba (CIC) em 2019, conforme o parágrafo 86 do CPC (R1) (IAS 36).

## 14. ANÁLISE DE RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS, NÃO FINANCEIROS

## a) Política contábil

Anualmente o valor contábil líquido dos ativos é revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para depreciação ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou da UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Considerando as convergências de ofertas de produtos e serviços, além disso, o principal ativo operacional da Companhia é uma rede única, amplamente integrada, na qual é utilizado para prover todos os serviços de telecomunicações a seus clientes, portanto, a Companhia detém seu negócio como uma única UGC. Na estimativa do valor em uso do ativo ou UGC, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto WACC (Weighted Average Cost of Capital) que reflete a taxa concedida entre (i) o custo de capital (incluindo riscos específicos com base no Capital Asset Pricing Model ("CAPM") (Modelo de Precificação de Ativos); e (ii) de dívida, sendo estes componentes aplicáveis ao ativo ou UGC antes dos tributos.

O valor justo líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conexas e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste relatório são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

Para os ativos, excluindo o ativo, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para identificar se há alguma indicação de que as perdas do valor recuperável anteriormente reconhecidas podem já não existir ou possam ter diminuído. Caso a indicação exista, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGC, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do valor recuperável do ativo ou UGC não exceda o valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

**a) Ativos tangíveis:** o teste do valor recuperável de um ativo é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por depreciação do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ativo não podem ser revertidas em exercícios futuros.

**b) Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução do valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por depreciação do valor contábil.

**c) Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são: (i) receitas (projeções considerando o crescimento de mercado e a evolução das vendas de produtos e serviços); (ii) custos e despesas variáveis (projeções de acordo com a dinâmica de base de clientes e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas); e (iii) investimentos de capital (estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços).

## b) Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso

O cálculo do valor em uso é impactado principalmente pelas seguintes premissas:

**a) Composição da receita:** é baseada na observação do comportamento histórico de cada linha de receita, bem como em tendências baseadas em análise de mercado. As projeções das receitas diferem muito entre as linhas de produtos e serviços com tendência de maior crescimento em serviços de banda larga, IPTV e TV convergente com os serviços de voz (fixa). As receitas móveis seguem a tendência de mercado, incluindo um novo mix entre pré-pago, pós e controle, migração da pré-pago para pós e controle, convergência de preços e crescimento em dados e M2M.

**b) Taxa de desconto:** representam a avaliação de risco no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo calculada pelo Custo de Capital Médio Ponderado (CCMP ou WACC). O CCMP leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio líquido (capital próprio). O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado no financiamento com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais, notadamente o Beta.

**c) Taxa de crescimento na sustentabilidade:** reflete a condição da Companhia de gerar um fluxo de caixa de maneira eterna. O percentual considerado leva em conta, principalmente, os investimentos ao longo do período projetado e a reprodução a condição da Companhia na perpetuidade.

## d) Sensibilidade às mudanças nas premissas

A Companhia emprega uma análise de sensibilidade do teste de recuperabilidade considerando variações razoáveis nas principais premissas utilizadas no teste.

A seguir, apresentamos as variações sensibilidade em aumentos/diminuições e expressas em pontos percentuais que foram assumidas para os fluxos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Em pontos percentuais
Variações financeiras	
Taxa de desconto	+/- 0,5
Taxa de crescimento na sustentabilidade	+/- 1,0
Variações operacionais	
Margem fixa	+/- 1,5

A análise de sensibilidade empregada no final dos exercícios de 2020 e 2019 indica que não existem riscos significativos de possíveis alterações nas variáveis financeiras e operacionais, consideradas individualmente. Em outras palavras, a Companhia considera que com as linhas acima nenhuma perda seria reconhecida.

## e) Teste de recuperabilidade do ativo

Anualmente, a Companhia avalia a recuperação do valor contábil dos ativos utilizando o conceito do valor em uso, utilizando a metodologia do fluxo de caixa descontado.

O processo de determinação do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuro e taxas de desconto. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa são baseadas em estimativas da Administração, estudos de mercado e de projeções macroeconômicas. Os fluxos de caixa futuros são descontados com base no WACC.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A Administração julgou apropriada a utilização do período de 5 anos com base em sua experiência passada em elaborar as projeções de seu fluxo de caixa.

A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções além do período de 5 anos foi de 4,5% a.a. (nominal) em 2020 e 2019.

Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de desconto de 11,11% e 10,22%, que antes dos tributos equivalem a 12,54% e 11,38% em 2020 e 2019, respectivamente, também em valores nominais.

A taxa de inflação anual para o período analisado nos fluxos projetados foi de 3,5% a.a. e 3,8% a.a. em 2020 e 2019, respectivamente.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas nacionais e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos da Companhia, elaborado com as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 e 2019, perspectivas de crescimento e resultados operacionais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foram identificadas perdas ou indicadores de perda, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data de avaliação.

## 15. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

## a) Política contábil

Os salários, remunerações e participação nos resultados são negociados em acordos coletivos de trabalho, sendo adicionados os encargos e contribuições sociais correspondentes e apropriados pelo regime de competência. O programa de participação nos resultados para os empregados é baseado em metas operacionais e financeiras da Companhia, sendo reconhecida uma provisão quando satisfizes as premissas para sua contabilização.

Os detalhes dos planos de remuneração baseados em ações da Telefônica estão descritos na nota 29. Em 2020, devido aos prazos de vencimento de dívidas de alguns planos, houve a transferência de montantes de não circulante para circulante.

Os custos e despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais são contabilizados como custo dos serviços prestados, despesas comerciais ou despesas gerais e administrativas (nota 25).

## b) Composição

	Controladora	Consolidado
Encargos e benefícios sociais	31.12.20	31.12.19
Participação de empregados nos resultados	331.552	381.835
Planos de remuneração baseados em ações (nota 29)	276.283	302.972
Salários e remunerações	85.559	39.723
Salários e remunerações	45.538	35.528
Total	743.129	760.158
Circulante	737.354	724.194
Não circulante	3.675	35.958

## 16. FORNECEDORES

## a) Política contábil

São obrigados a pagar por bens, serviços ou mercadorias que foram adquiridos no curso normal dos negócios. São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável.

## b) Composição

	Controladora	Consolidado
Fornecedores diversos (Opex, CapEx, Serviços e Mercadorias)	31.12.20	31.12.19
Partes relacionadas (nota 28)	566.036	379.933
Valores a receber (operadores, co-branding)	199.562	286.851
Interessados / Interligação	182.492	275.984
Total	848.090	942.768

## 17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora	Consolidado
Fiscal (1)	31.12.20	31.12.19
ICMS	812.077	858.493
PIS e COFINS	217.724	324.281
Fut e ITR	88.089	89.394
ISS, CIDE e outros tributos	72.442	83.155
Total	1.091.476	1.355.303
Circulante	1.030.764	1.116.228
Não circulante	270.692	239.074

(1) Em 15 de abril de 2020, foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo a medida provisória nº 952, prorrogando o prazo para pagamento da Fiscal de 31 de março de 2020 para 31 de agosto de 2020, sem incidência de multa ou juros adicionais. Em 12 de agosto de 2020, a Companhia efetuou o pagamento parcial de R\$416.475. O saldo residual refere-se ao recolhimento suspenso conforme decisão do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, publicada em 18 de março de 2020.

## 18. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

## a) Política contábil

Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados nos balanços patrimoniais como obrigações legais (provisões no passivo circulante). Os dividendos em excesso a esse mínimo, ainda não aprovados para pagamento às assembleias de acionistas, estão demonstrados como dividendos adicionais propostos no patrimônio líquido. Após a aprovação pela assembleia de acionistas, os dividendos em excesso ao mínimo são transferidos para o passivo circulante, passando a caracterizar como obrigações legais.

## b) Juros sobre o capital próprio

Na legislação brasileira é permitido às sociedades pagarem juros sobre o capital próprio, os quais são análogos ao pagamento de dividendos, porém são dedutíveis para fins de apuração dos tributos sobre a renda. A Companhia e suas controladas, para fins de atendimento à legislação tributária brasileira, provisionam nos seus balanços o montante devido em contrapartida a conta de despesas financeiras no resultado do exercício e, para fins de apresentação destas demonstrações financeiras, reverte e reflete a despesa em contrapartida a um débito direto no patrimônio líquido, resultando no mesmo tratamento contábil dos dividendos. A distribuição dos juros sobre o capital próprio aos acionistas está sujeita à retenção de imposto de renda à alíquota de 15%.

Os juros sobre o capital próprio e dividendos não reclamados pelos acionistas preveem em três anos, contados a partir da data do início do pagamento. Caso ocorra a prescrição de dividendos e juros sobre o capital próprio, os montantes são contabilizados em contrapartida a lucros acumulados, para posterior distribuição.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia tinha R\$44.369 e R\$72.900, respectivamente, a receber da Terra Networks.

## c) Composição

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.19	31.786	31.786
Dividendos complementares de 2018	153.975	153.975
Recebimento de dividendos	(206.660)	(206.660)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2019	72.900	72.900
Saldo em 31.12.19	72.900	72.900
Dividendos complementares de 2019	219.307	219.307
Recebimento de dividendos	(232.297)	(232.297)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2020	44.369	44.369
Saldo em 31.12.20	44.369	44.369

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos de controladas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Investimento".

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

c) Composição

	Controladora	Consolidado
Telefônica Latamérica Holding	31.12.20	31.12.19
Telefônica	307.113	781.823
SP Telecomunicações Participações	1.021.474	948.662
Telefônica Chile	680.012	598.064
Adquiridas não controladoras	849	1.667
Total	1.345.550	1.251.201
Total	3.065.998	3.067.417

continua



A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal [www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)

quarta-feira, 24 de fevereiro de 2021 às 00:42:16



Certifico o registro sob o nº 138.172/21-3 em 12/03/2021 da empresa TELEFONICA BRASIL S.A., NIRE nº 35300158814, protocolado sob o nº 0191826212. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/03/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 149638915. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal [www.jucesonline.sp.gov.br](http://www.jucesonline.sp.gov.br).

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em terça-feira, 6 de abril de 2021 09:03:04 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação.

www.cenad.org.br/autenticidade

www.cenad.org.br/autenticidade

www.cenad.org.br/autenticidade





Continuação

Telefônica Brasil S.A.		Telefônica Brasil S.A.		Companhia Aberta		CNPJ nº 06.558.157/0001-02 NIRE nº 33.0015861-4									
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS															
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)															
c.2) Movimentação															
Saldo em 31.12.18		Controladora / Consolidado													
Dividendos complementares de 2018		4.172.916													
JSCP intermediários (liquidos de IRRF) e dividendos		2.468.684													
Prescrição de dividendos e JSCP		3.199.800													
Pagamento de dividendos e JSCP		(82.688)													
IRRF sobre acionistas (satisfeitos/imunes de JSCP)		(6.176.842)													
<b>Saldo em 31.12.19</b>		<b>3.387.417</b>													
Dividendos complementares de 2019		3.195.575													
JSCP intermediários (liquidos de IRRF) e dividendos		3.435.500													
Prescrição de dividendos e JSCP		(39.788)													
Pagamento de dividendos e JSCP		(5.550.367)													
IRRF sobre acionistas (satisfeitos/imunes de JSCP)		5.601													
<b>Saldo em 31.12.20</b>		<b>3.865.988</b>													
Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Financiamento".															
10) PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS															
a) Política contábil															
As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, que é provável que a saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do montante dessa obrigação possa ser elaborada. As provisões são ajustadas até a data do encerramento do exercício pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada provisão.															
As provisões para demandas judiciais estão apresentadas pelo seu montante bruto, sem considerar os correspondentes depósitos judiciais e são classificadas como civis, trabalhistas, tributárias e regulatórias. Os depósitos judiciais estão classificados como ativo, dado que não existem as condições necessárias para apresentá-los aos liquidos com o provável.															
b) Estimativas e julgamentos críticos															
A obrigação jurídica das provisões pode ser legal ou fática, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia ou suas controladas assumirão determinadas responsabilidades. A determinação do montante de provisão será baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento, inclusive a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.															
c) Informações das provisões e contingências															
A seguir, apresentamos os quadros com a composição e movimentação das provisões, cujo desfecho é considerado provável, além do passivo contingente e da provisão para desmonteamento.															
Provisões para demandas judiciais															
Controladora															
Saldo em 31.12.18		Controladora / Consolidado		Provisões para demandas judiciais		Provisão para desmonteamento									
Adição inicial IRRF 23 (nota 7)		746.752		Cível		Passivo contingente (PPA)									
Ingressos (reversões), liquidos (nota 26)		143.322		Regulatório		Total									
Outros ingressos (reversões) (1)		(471.359)		672.621		672.621									
Bases por pagamento		95.216		361.830		(16.968)									
Atualização monetária		513.831		(1.556)		(4.191)									
<b>Saldo em 31.12.19</b>		<b>513.831</b>		263.197		21.433									
Ingressos (reversões), liquidos (nota 26)		134.610		1.489.379		1.145.736									
Outros ingressos (reversões) (1)		(275.300)		(2.105)		(38.782)									
Bases por pagamento		103.933		(673.554)		(39.686)									
Atualização monetária		479.180		278.662		124.551									
<b>Saldo em 31.12.20</b>		<b>479.180</b>		1.711.591		1.207.312									
Em 31.12.19		227.114		113.158		25.008									
Circulante		286.871		675.187		1.208.728									
Em 31.12.20		173.190		179.448		60.055									
Circulante		299.980		864.678		1.147.276									
<b>Provisões para demandas judiciais</b>		<b>Consolidado</b>		<b>Provisão para desmonteamento</b>		<b>Total</b>									
Adição inicial IRRF 23 (nota 7)		746.752		672.621		6.132.133									
Ingressos (reversões), liquidos (nota 26)		143.322		31.930		524.455									
Outros ingressos (reversões) (1)		(471.359)		(830.858)		(4.191)									
Bases por pagamento		95.216		263.197		72.954									
Atualização monetária		513.831		1.489.379		1.145.736									
<b>Saldo em 31.12.19</b>		<b>513.831</b>		<b>1.489.379</b>		<b>1.145.736</b>									
Ingressos (reversões), liquidos (nota 26)		134.610		372.783		68.486									
Outros ingressos (reversões) (1)		(275.300)		(673.554)		(38.782)									
Bases por pagamento		103.933		278.662		124.551									
Atualização monetária		479.180		1.711.591		1.207.312									
<b>Saldo em 31.12.20</b>		<b>479.180</b>		<b>1.711.591</b>		<b>1.207.312</b>									
Em 31.12.19		227.114		113.158		25.008									
Circulante		286.871		675.187		1.208.728									
Em 31.12.20		173.190		179.448		60.055									
Circulante		299.980		864.678		1.147.276									
<b>Provisões para demandas judiciais</b>		<b>Consolidado</b>		<b>Provisão para desmonteamento</b>		<b>Total</b>									
Adição inicial IRRF 23 (nota 7)		746.752		672.621		6.132.133									
Ingressos (reversões), liquidos (nota 26)		143.322		31.930		524.455									
Outros ingressos (reversões) (1)		(471.359)		(830.858)		(4.191)									
Bases por pagamento		95.216		263.197		72.954									
Atualização monetária		513.831		1.489.379		1.145.736									
<b>Saldo em 31.12.19</b>		<b>513.831</b>		<b>1.489.379</b>		<b>1.145.736</b>									
Ingressos (reversões), liquidos (nota 26)		134.610		372.783		68.486									
Outros ingressos (reversões) (1)		(275.300)		(673.554)		(38.782)									
Bases por pagamento		103.933		278.662		124.551									
Atualização monetária		479.180		1.711.591		1.207.312									
<b>Saldo em 31.12.20</b>		<b>479.180</b>		<b>1.711.591</b>		<b>1.207.312</b>									
Em 31.12.19		227.114		113.158		25.008									
Circulante		286.871		675.187		1.208.728									
Em 31.12.20		173.190		179.448		60.055									
Circulante		299.980		864.678		1.147.276									
<b>Provisões para demandas judiciais</b>		<b>Consolidado</b>		<b>Provisão para desmonteamento</b>		<b>Total</b>									
Adição inicial IRRF 23 (nota 7)		746.752		672.621		6.132.133									
Ingressos (reversões), liquidos (nota 26)		143.322		31.930		524.455									
Outros ingressos (reversões) (1)		(471.359)		(830.858)		(4.191)									
Bases por pagamento		95.216		263.197		72.954									
Atualização monetária		513.831		1.489.379		1.145.736									
<b>Saldo em 31.12.19</b>		<b>513.831</b>		<b>1.489.379</b>		<b>1.145.736</b>									
Ingressos (reversões), liquidos (nota 26)		134.610		372.783		68.486									
Outros ingressos (reversões) (1)		(275.300)		(673.554)		(38.782)									
Bases por pagamento		103.933		278.662		124.551									
Atualização monetária		479.180		1.711.591		1.207.312									
<b>Saldo em 31.12.20</b>		<b>479.180</b>		<b>1.711.591</b>		<b>1.207.312</b>									
Em 31.12.19		227.114		113.158		25.008									
Circulante		286.871		675.187		1.208.728									
Em 31.12.20		173.190		179.448		60.055									
Circulante		299.980		864.678		1.147.276									
<b>Provisões para demandas judiciais</b>		<b>Consolidado</b>		<b>Provisão para desmonteamento</b>		<b>Total</b>									
Adição inicial IRRF 23 (nota 7)		746.752		672.621		6.132.133									
Ingressos (reversões), liquidos (nota 26)		143.322		31.930		524.455									
Outros ingressos (reversões) (1)		(471.359)		(830.858)		(4.191)									
Bases por pagamento		95.216		263.197		72.954									
Atualização monetária		513.831		1.489.379		1.145.736									
<b>Saldo em 31.12.19</b>		<b>513.831</b>													



